

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Dolha de S. Paula Class.: GTR00100

Data: 06/01/80 Pg.: _____

Estudantes fazem denúncia sobre tensão no MA

BRASÍLIA (Sucursal) — Um acordo entre os coronéis Nobre da Veiga, presidente da Funai, e Sérgio Pasquali, presidente da Fundação Projeto Rondon, proibiu a circulação de um documento elaborado pelos estudantes do Maranhão que, numa "operação especial", realizaram o levantamento sócio-econômico da região de Barra do Corda, onde em agosto de 1979 houve um ataque contra os índios guajajaras, feito pelos posseiros.

No levantamento, os estudantes apontam diferentes causas para o clima de instabilidade da região e, entre outros, acusam o deputado estadual Fernando Falcão (ex-Arena) de "exploração política do conflito, interessado em obter vantagens eleitorais junto aos posseiros". Além deste fator, os universitários acrescentam ainda outros. "Grande desconfiança e reação dos posseiros com relação à Funai; estímulo dos padres capuchinhos para que as famílias se instalem na área indígena e a não-aceitação, por parte dos posseiros, de que a terra é dos guajajaras".

Na conclusão do estudo, os universitários, pedem urgência para a demarcação das terras, "antes que o acirramento dos ânimos, a insegurança dos posseiros e a exploração cada vez mais ampla das terras dos índios gerem conflitos cujas proporções e resultados são imprevisíveis".

REASSENTAMENTO

Em São Pedro dos Cacetes, distrito de Barra do Corda, onde ocorreu o conflito de agosto, vivem duas mil e 500 pessoas, sendo que 90% da população são constituídos de trabalhadores rurais, com um índice de analfabetismo de 34,84% e 37,24% de alfabetizados pelo Mobral. O restante são crianças que cursaram até a quinta série. Segundo o levantamento dos universitários, 86,70% dos entrevistados declararam possuir casa própria e ocupam os imóveis rurais há mais de três anos.

O reassentamento desses posseiros, desde o conflito e após um convênio com o Ministério do Interior, ficou sob a responsabilidade do governo do Maranhão que, para isso, recebeu uma verba de 180 milhões de cruzeiros. De acordo com informações de assessores da Funai, até o momento o governo ainda não iniciou a transferência das famílias.